

A VOZ QUE CALA NEM SEMPRE CONSENTE: PERCEPÇÕES SOBRE VULNERABILIDADE DE GÊNERO COLETADAS PELO NUGED-SOMOS

THE SILENCED VOICE DOES NOT ALWAYS CONSENT: PERCEPTIONS ON GENDER VULNERABILITY COLLECTED BY NUGED-SOMOS

Lêda Glicério Mendonça (professora orientadora)¹ [leda.mendonca@ifrj.edu.br]

Monique E. Leite Fernandes (discente Fisioterapia)¹ [monique.evelyn.fernandes@gmail.com]

Pablo Vinícius de Souza Ribeiro (discente Farmácia)¹ [pablo.ribeir@outlook.com]

Pedro da Conceição Pascoal (discente Psicologia)² [pedropascoal.psi@gmail.com]

1 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Realengo - IFRJ

2 - Universidade Estácio de Sá, Campus Sulacap - UNESA

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo o levantamento de dados por meio de um questionário construído no Google Forms para a compreensão da percepção sobre vulnerabilidade e violência de gênero perpetrada contra mulheres e LGBTQI+ para toda a comunidade do IFRJ-CReal. Os questionários foram enviados pela internet, o que nos remeteu pequena responsividade. Os alunos apontaram que, mesmo em pequena medida, foram oprimidos ou silenciados pela sua forma de ser mulher ou LGBTQI+. Pequena parcela dos servidores também sofreu algum tipo de constrangimento, mas não relatam silenciamento. Esse tipo de violência velada é fruto de uma cultura ultrapassada que considera as mulheres como inferiores e os LGBTQI+ como doentes, pensamento que ainda persiste, mesmo após o avanço de movimentos sociais em garantir direitos a esses sujeitos. Sendo assim, esse trabalho tenta entender como pensa uma parcela da comunidade acadêmica do IFRJ-CReal sobre o tema e será importante para decidir a tomada de ação por parte dos membros do NUGED-SOMOS para sensibilizar a todos no sentido de tornar este ambiente acolhedor para a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade de Gênero, Gênero e Educação, Gênero e Saúde.

ABSTRACT

This paper has the aim of collecting data through a form built on Google Forms to understand the perception of the vulnerability and gender violence perpetrated against women and LGBTQI+ in the IFRJ-CReal. The forms were sent over the internet, which gave us little return. The students highlighted that, even on a small scale, they had been oppressed or silenced because of their way of expressing their femininity or for being LGBTQI+. A small part of the civil servants also suffered some kind of embarrassment, but they did not report silencing. This type of veiled violence is the result of an outdated culture that considers women as inferior and LGBTQI+ as sick, thoughts that still persist even after the advance of social movements to preserve these people's rights. Therefore, understanding this theme is important to decide on which actions the NUGED -SOMOS members can take in order to sensitize everyone involved towards making this environment welcoming to diversity.

KEYWORDS: Gender diversity; Gender and education, Gender and health.

¹ Grupo NUGED-SOMOS IFCReal

² Discente de Graduação em Psicologia, colaborador externo e PIVIC.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo desvelar as percepções sobre vulnerabilidade e violência de gênero vivenciada por uma parcela da comunidade acadêmica do IFRJ *Campus* Realengo, aqui denominado de IFRJ-CReal. Entendemos que todo o tipo de violência de gênero, física ou velada, pode levar ao adoecimento mental de suas vítimas e, por conseguinte, ao abandono de seus sonhos e de suas atividades acadêmicas ou profissionais, situações que o NUGED-SOMOS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) tenta diminuir com a sua atuação. Guilhem (2000) define vulnerabilidade como o conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural cuja interação amplia ou reduz o risco ou a proteção de uma pessoa frente a uma determinada doença ou dano e substitui o conceito clássico de fatores de risco. O levantamento de dados foi conduzido por alunos membros do próprio núcleo por meio de um questionário mais extenso, que inquiria sobre noções sobre gênero e religiosidade. Porém, o recorte aqui apresentado é sobre intolerância, preconceito e silenciamento de mulheres e LGBTQI+ que conviveram no *campus* entre os anos de 2019 e 2020.

A partir dos anos de 1960, diversos movimentos sociais questionavam os valores morais relacionados à sexualidade, como os movimentos feministas e os movimentos lésbico-gay, entre outros, em que os indivíduos buscavam liberdade, direitos e respeito (RODRIGUEZ, 2014). Inicialmente, no Brasil, esses movimentos eram convencionados como Movimento Homossexual Brasileiro, que, por muitos anos, foi adotado como legenda, como se todo o grupo tivesse uma única identidade, ignorando a diversidade sexual e de gênero. De lá para cá, pouco se avançou nesse sentido e ainda vivemos em um mundo em que o senso comum nos interpreta, em primeiro lugar, dentro de um modelo de comportamento que seja condizente com o nosso sexo biológico, muitas vezes relacionando de maneira equivocada a sexualidade com a forma de ser e estar no mundo.

Nesse ínterim, sobre sexualidade, é possível contrapor a visão construcionista, isto é, da teoria da construção social, em que a sexualidade é histórica, de modo que sua construção se deve ao tempo e à cultura da visão pós-estruturalista que se apoia na diferença entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Assim, desde tempos muito remotos podemos perceber o sexismo sendo praticado, antes mesmo do período da palavra escrita, em que todas as representações deixam clara a disparidade entre o sexo masculino e feminino, deixando o sexo feminino subalternizado, seja por força, intelecto ou posição social, deixando mulheres à margem da violência (MENDONÇA *et. al.*, 2011) e impedindo o seu acesso aos cargos de maior *status*.

A subalternização do feminino já é, em grande medida, debatida por estudiosas das teorias feministas. Porém, a categoria “MULHERES” nem de longe é homogênea, por isso não podemos nos furtar a abordar apenas o silenciamento de mulheres heterossexuais. E como o NUGED se destina a acolher a diversidade de gênero, afirmamos aqui a preocupação em discutir a vulnerabilidade de gênero dos indivíduos que não seguem a heteronormatividade.

Miskolci (2012) pontua que a heteronormatividade é socialmente colocada como a ordem sexual compulsória, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que se identifique e que se comporte de acordo com o que se impõe socialmente com o seu sexo biológico de nascimento.

Logo que nascem, os corpos e indivíduos já são enquadrados em uma série de padrões sociais criados ao longo da história que afirmam como as pessoas devem se comportar, agir e pensar, tomando como base primária o tipo de órgãos sexuais que aquele corpo possui ao nascer. Esses padrões, denominados papéis de gênero, moldam a forma como a sociedade valida esses indivíduos, aceitando-os quando estão em conformidade com as institucionalizações estabelecidas, e rejeitando-os se estes não estiverem categoricamente

performando a esses modos de ser, pensar, agir e estabelecer relações. O conceito de performatividade foi criado por Butler (1990) para poder explicar as atitudes diárias repetitivas das pessoas que sugerem parecer o que se é culturalmente definido como comportamentos de uma natureza heterossexual, homossexual, bissexual e transexual, conferindo-lhes, assim, rótulos que as fazem calar ou serem caladas.

Por todas as alegações até agora apresentadas é que se torna relevante discutir as angústias oriundas do silenciamento sofrido por mulheres heterossexuais e pelos indivíduos LGBTQI+ da comunidade acadêmica do IFRJ-CReal simplesmente por serem quem são: uma violência velada de gênero que adocece e favorece o abandono dos planos de vida dessas pessoas.

O NUGED E O IFRJ-CReal

Os NUGEDs surgem a partir de uma política de indução para a promoção de uma educação mais inclusiva atenta às minorias que historicamente foram negligenciadas. Em fevereiro de 2018, o IFRJ assinou o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, fato que fortaleceu o estabelecimento de núcleos que atendessem às demandas de grupos vulneráveis (IFRJ, 2018). Podemos aqui citar os NAPNEs – (Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas), que atendem os alunos com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, mental, com transtorno do espectro autista ou com superdotação ou altas habilidades em alguma área do conhecimento, e os NEABIs (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), que se ocupa de discutir, conscientizar e fortalecer a população negra e indígena. Na esteira da assinatura deste pacto de direitos humanos foram criados os NUGEDS do IFRJ, constituídos em cada um dos *campi*. O NUGED-SOMOS apresenta como função sensibilizar a comunidade acadêmica a entender e atender às demandas específicas de mulheres e LGBTQI+ no âmbito acadêmico. O nome SOMOS surge da ideia de que todos temos o direito de ser e existir no mundo, individualmente ou coletivamente.

Levando em consideração a particularidade do IFRJ-CReal, que oferece majoritariamente cursos da área de saúde, é uma preocupação presente, além de empoderar as minorias em vulnerabilidade de que trata cada um dos três núcleos, empreender ações que considerem a saúde física, emocional e mental tanto no plano do direito de estar no espaço acadêmico como de ter uma formação profissional que se preocupe com as particularidades deste público. Em levantamento prévio feito pelo próprio NUGED já foi assinalado que os alunos carecem de formação humanística e técnica para atender a saúde da população LGBTQI+ em especial (MENDONÇA, SILVA, TARTARUGA, FERNANDES e RIBEIRO, 2020), fato este que submete tanto mulheres como LGBTQI+ a diversos tipos de violência em espaços de saúde. A exclusão já se inicia no currículo.

Uma das questões que afligem mulheres bissexuais, lésbicas e homens transgênero, por exemplo, é a violência de gênero em consultórios de ginecologia, causada pela presunção da heteronormatividade internalizada pelos profissionais que não tiveram formação adequada para esse atendimento. A história do desenvolvimento da ginecologia sempre foi relacionada a um processo de controle do corpo da mulher como um instrumento de reprodução da espécie e não em relação à saúde em si (VIEIRA, 2002). No caso das nascidas mulheres, tudo o que não se relaciona com a procriação e práticas heterossexuais é recebido com estranheza por profissionais da saúde. Mas outras formas de violência de gênero são frequentes no atendimento à saúde do indivíduo LGBTQI+, principalmente o que se relaciona com a transexualidade. Sendo assim, a saúde da população transgênero está relacionada a vulnerabilidades, tanto por características próprias de cada indivíduo quanto pelos determinantes da sociedade na qual estão inseridos, motivos que levam ao adoecimento

mental das pessoas transgêneros no contexto brasileiro por conta de fatores de marginalização que a sociedade lhes impõe.

Os valores e as regras de uma sociedade variam de acordo com o tempo, sendo apoiados em construções culturais. O primeiro registro do termo homossexualismo foi em um artigo de K. F. O. Westphal em 1870. O que era até então considerado pecado passou a acumular o estigma de doença na sexta revisão de 1948 da Classificação Internacional de Doenças (CID), na Categoria 320, "personalidade patológica" causada por um desvio sexual. O CID é um documento emanado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que padroniza e orienta seus países membros a classificarem as doenças de maneira análoga. Na oitava revisão de 1965 da CID, a homossexualidade foi reclassificada na Categoria 302, "desvio e transtornos Sexuais", mais especificamente na subcategoria 302.0 – Homossexualismo, permanecendo assim, ainda, na revisão seguinte de 1975, com a adição de uma orientação da OMS sobre este código de que a homossexualidade fosse considerada um transtorno mental (CARNEIRO, 2015).

A população LGBTQI+ só veio a receber um pouco mais de atenção dos entes governamentais após o surgimento da pandemia do AIDS/SIDA (Síndrome da imunodeficiência adquirida) na década de 1980. Houve divergências políticas importantes de pensamento ao redor do mundo no que diz respeito à ação do estado. Nos Estados Unidos, na época do governo conservador de Ronald Reagan, houve uma recusa em aceitar a epidemia como uma emergência de saúde pública (MISKOLCI, 2015). Em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina no Brasil, pressionado por movimentos sociais, retirou a homossexualidade do código 302.0 do guia do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e passou para o código 2062.9, "outras circunstâncias psicossociais", ao lado do "desemprego, desajustamento social, tensões psicológicas". O Brasil de então passava por um período de abertura política e formalizou, em 1988, o Programa Nacional de DST/AIDS, tornando-se o primeiro programa de reconhecimento internacional voltado para a atenção à saúde da população LGBT (PICANÇO, 2018).

A extinção definitiva da homossexualidade como patologia no plano internacional só ocorreu em 17 de maio de 1990, com a disponibilização da décima versão do CID (CARNEIRO, 2015). O Conselho Federal de Psicologia brasileiro, por sua vez, determinou, em 1999, que nenhum profissional pode exercer "ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas (BRASIL, 2004).

Quando falamos das pessoas transgênero, a situação se agrava. Além da percepção do seu corpo pelas outras pessoas, há também a relação que a mesma estabelece com seu próprio corpo e a percepção que tem sobre si. Na busca em atender aos papéis de gêneros estabelecidos a identidade ao qual se reconhece, o transgênero acaba por desenvolver aversão total ou parcial aos elementos do seu corpo biológico. Essa relação conflituosa de auto percepção do "seu eu" é descrito pela quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V como Disforia de Gênero, que é caracterizada pela desconexão entre o gênero experimentado ou expresso e as características sexuais primárias ou secundárias adquiridas ao nascer, acompanhadas de um forte desejo de livrar-se delas. Há também uma grande atração pelos atributos sexuais primários e/ou secundários pertencentes ao outro gênero, com sofrimento ou prejuízo no funcionamento social por não os possuir (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). O Brasil, nesse ponto, se antecipou ao mundo propondo políticas públicas que apoiassem o que na época era denominado como população GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), mas outras formas de discriminação permaneceram e as necessidades de outras categorias de orientação sexual e identidade de gênero ficariam negligenciadas por mais alguns anos, só sendo formalmente contempladas com a criação da Política Nacional de Saúde LGBT em 2011 (BRASIL, 2013).

Essa política pública foi o marco legal que possibilitou o processo de transição de gênero pelo SUS. O processo de transição de homem para mulher gênero iniciou no ano de 2008 e o de mulher para homem transgênero em 2013. Somente em 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a realização da 72ª Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, anunciou que a transexualidade seria retirada da lista de transtornos mentais da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), após 28 anos pertencente a esta categoria. A partir do CID 11, ela passa a integrar a parte que descreve “condições relacionadas a saúde”, passando a ser vista como “incongruência de gênero” (CFP, 2019). Compreender as fragilidades existentes no SUS para atender as mulheres e a população LGBTQI+ é uma preocupação permanente do NUGED, no sentido de trazer o assunto à tona para a comunidade acadêmica do IFRJ-CReal.

Antes do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, os membros do NUGED-SOMOS tomavam parte de um grupo de estudos no Centro de Saúde Municipal Heitor Beltrão no bairro da Tijuca, um dos poucos no Brasil que garante a transição de gênero gratuita para maiores de 18 anos com equipe qualificada para o tratamento. Este trabalho é fruto de um programa de residência médica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que era conduzido por Filipe Rodrigues, orientado por Marcele Paiva (2019). O grupo de estudos era aberto aos acadêmicos interessados no assunto. Os membros do NUGED tiveram também a oportunidade de participar de algumas rodas de conversa para o acolhimento e orientação dos pacientes e familiares, pois discutir todas estas questões que envolvem a saúde tanto da mulher como da população LGBTQI+ estavam no foco das ações dos membros do NUGED-SOMOS. No entanto, a participação do grupo foi interrompida por medidas restritivas por conta da epidemia de Covid-19.

METODOLOGIA

Pretendemos aqui relatar e refletir sobre as percepções sobre vulnerabilidade de gênero manifestada pela comunidade acadêmica do IFRJ-CReal. Os instrumentos de coleta de dados foram dois questionários semiabertos aplicados no mês de abril de 2020, disponibilizados por meio da ferramenta digital *Google Forms*, sendo este documento composto por 18 (dezoito) perguntas norteadoras para o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla para a estruturação de ações pelo NUGED-SOMOS. Somente cinco perguntas foram analisadas para este artigo, e as cinco se repetiam nos dois questionários. São elas: 1) Você já se sentiu forçado a esconder ou mascarar sua forma de ser, vestir ou agir para ser mais bem aceito nos meios em que transita no IFRJ-CReal? 2) Caso sua resposta seja sim para a pergunta anterior, no que? 3) Você já foi silenciado ou invisibilizado em alguma situação no IFRJ-CReal por conta de sua identidade de gênero? (mulher ou LGBT+) 4) Caso sua resposta seja sim para a pergunta anterior, como foi? 5) Você acha que o preconceito e a intolerância te atrapalham de exercer seu direito de ter uma formação profissional e exercer sua cidadania? O questionário para os discentes³ foi construído coletivamente pelos membros do NUGED na plataforma *Google Forms* e foi divulgado nas redes sociais (página oficial do *Facebook* do *campus*, grupos de *WhatsApp* e pelos e-mails oficiais dos diretórios acadêmicos de cada curso. De um total de 960 alunos com matrícula ativa no ano de 2020, apenas 37 (aproximadamente 4%) dos discentes responderam o questionário. O questionário para os servidores⁴ também foi desenvolvido da mesma forma que o dos alunos, porém sua veiculação foi apenas pelo e-mail institucional, sendo que apenas 42 de um total de 164

³ O link de acesso: https://docs.google.com/forms/d/1Q-VgB1Uyq0d_JBoz5fZtoqZT5naSkjHqkwGM3FzmGKc/edit

⁴ O link de acesso: https://docs.google.com/forms/d/1KLhPoXPwR1UO2bkRPA_nL8Qp7i0krHilZ4OEqcGRjA/edit?ts=5ec2bbd4

servidores responderam (cerca de 25%), sendo considerados como servidores os docentes, os técnicos administrativos e os prestadores de serviço terceirizados. Nenhum terceirizado respondeu. Os dados foram coletados e tabulados e gráficos foram construídos para orientar a análise. As respostas abertas foram discutidas frente aos referenciais sobre gênero que o grupo de alunos do NUGED-SOMOS tiveram contato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O foco desse artigo é relatar as percepções coletadas sobre vulnerabilidade de gênero a partir dos membros da comunidade acadêmica do IFRJ-CReal. De acordo com Scott (1995), o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

A primeira pergunta que iremos expor é: "você já se sentiu forçado a esconder ou mascarar sua forma de ser, vestir ou agir para ser mais bem aceito nos meios em que transita no IFRJ-CReal?"

No caso dos discentes, 83,8% (31 alunos) declararam que nunca precisaram esconder ou mascarar sua forma de ser para ser bem aceito nos meios em que transitam no IFRJ-CReal. 16,2% (seis alunos) afirmam que já se sentiram forçados a esconder sua forma de ser, agir, ou vestir por uma boa aceitação social dentro dos meios em que transitam. **Já no caso dos servidores**, quando foram perguntados sobre a mesma coisa, a maioria dos respondentes disse que não (92% - 39 indivíduos). De certa forma, grande parte dos respondentes não se sentiu forçado a mudar sua forma de ser e estar, mas é possível verificar que os alunos podem se sentir mais vulneráveis numa relação de hierarquização e poder em que uma estrutura educacional se organiza.

Em seguida foi perguntado "Caso sua resposta seja sim para a pergunta anterior, no que?"

Dos 6 **discentes** que declaram terem sido impelidos a mudar, apenas 4 fizeram relatos de como isso aconteceu. Podemos inferir que a situação causa constrangimento na vítima, de forma que, muitas vezes, estas preferem se calar. As respostas foram as seguintes:

Alune A (nascido homem/homossexual/sem religião): *Nas aulas e em reuniões eu sentia que muitas vezes os olhares se voltavam de forma desagradável para mim quando estava mais afeminado. Muitas vezes até de incompreensão.*

Alune B (nascida mulher/bissexual/não-binária/umbandista): *medo de ter julgamento e chacota por professores, e medo de fazerem algo comigo por entrar no outro banheiro.*

Alune C (nascida mulher/heterossexual/católica): *Roupas que chamem menos "atenção".*

Alune D (nascido homem/homossexual/não-binário/candomblecista): *Nas formas de agir e ate mesmo me vestir sendo pontuado como não profissional ou até mesmo inapropriado.*

Os 3 servidores que relataram terem sido oprimidos de alguma forma deram seus relatos:

Servidor A (docente/nascida mulher/heterossexual/espírita): *Racismo estrutural.*

Servidor B (servidor/nascido homem/homossexual/católico): *Não exatamente a mim. Mas as instituições são heteronormativas.*

Servidor C (docente/nascida mulher/heterossexual/evangélica): *Se declarar cristã e mulher a luz da Bíblia, ou querer ser mãe e cuidar dos filhos em tempo integral é motivo de preconceito. Esse defender minorias tem muito mais a ver com defender quem se pensa ser o oprimido, mas não defende todos por igual. Na verdade, a faculdade já tem é muito incentivo e apoio à cultura LGBT e feminista.*

É possível perceber que a maior parte da opressão surge por conta da homossexualidade declarada ou implícita. Mesmo que a política pública no papel avance, a discriminação e a homofobia continuam. É necessário formar profissionais de saúde capazes de compreender e atender as especificidades da população LGBTQI+. E, para além disso, sensibilizar toda a comunidade do IFRJ-CReal em acolher esse público. Há, ainda, o registro de um homem transgênero, um dos primeiros alunos membro do NUGED, que abandonou os estudos em 2019 por se sentir excluído e apontado como “aquele homem que nasceu mulher” e que não aparece nesse levantamento, mas de qualquer forma é um dado digno de nota. A pesquisadora Berenice Bento (2011) utiliza o termo heteroterrorismo para se referir a práticas discriminatórias que inferiorizam a população LGBTQI+, colocando-a como anormal em relação a padrões heteronormativos que, muitas vezes, fazem com que esses sujeitos abandonem os estudos e seus objetivos de vida.

A terceira pergunta é: “Você já foi silenciado ou invisibilizado em alguma situação no IFRJ-CReal por conta de sua identidade de gênero? (mulher ou LGBTQI+)”

Sobre as percepções **discentes**, 13,5% (cinco alunos) afirmam terem sido silenciados de algum modo, mas apenas quatro se pronunciaram sobre o fato:

Alune C (nascida mulher/heterossexual/católica): *Já perdi direito de fala para homens, eles me interromperam como se eu fosse menos capacitada.*

Alune D (nascido homem/homossexual/não-binário/candoblecionista): *Por falas de espaços inapropriados pela minha orientação sexual de formas mascaradas.*

Alune E (nascida mulher/bissexual/budista): *Silenciada por ser mulher em um grupo de homens*

Alune F (nascida mulher, heterossexual, evangélica): *Assuntos relacionados a esporte, eu sou muito ligada a futebol principalmente e por ser mulher nunca me deixam expor meu ponto de vista na conversa.*

É visível nas respostas anteriores observar os fenômenos de *mansplaining*⁵ e *maninterrupting*⁶ que geralmente são aplicados diretamente às mulheres, porém são também estendidos a todas as outras identidades de gênero que são diferentes do homem cisgênero, branco e heterossexual. Esse silenciamento é uma violência velada por não ter prova física do fato, mas que pode fragilizar sobremaneira quem a sofre. Quanto a esse fato, levantamento semelhante já foi feito na UERJ por alunas do curso de Serviço Social (SILVA, TEIXEIRA, SANTOS, MOREIRA, LACHINE, 2019):

Há uma tendência na sociedade à naturalização da violência psicológica, por ser, teoricamente, uma agressão que não deixa marcas físicas por parte de quem agride. Porém, seus reflexos podem causar marcas que poderão vir a ser cometidas pelas próprias vítimas em si mesmas, a depender do quanto a agressão sofrida poderá afetar sua existência (p.9)

Já **os servidores**, nenhum declarou ter sido silenciado em qualquer circunstância dentro da instituição.

⁵ Mansplaining - O termo tem origem na língua inglesa e une os vocábulos “man” e “explaining”, que significam “homem” e “explicando”. Portanto, o “mansplaining” acontece quando um homem quer explicar algo óbvio a uma mulher, de forma didática, como se ela não fosse capaz de entender. Pode parecer inofensivo, mas é problemático, pois ocorre em situações em que a mulher não precisa de explicação ou quando diz respeito a uma área que ela domina, trabalha ou estuda muito.

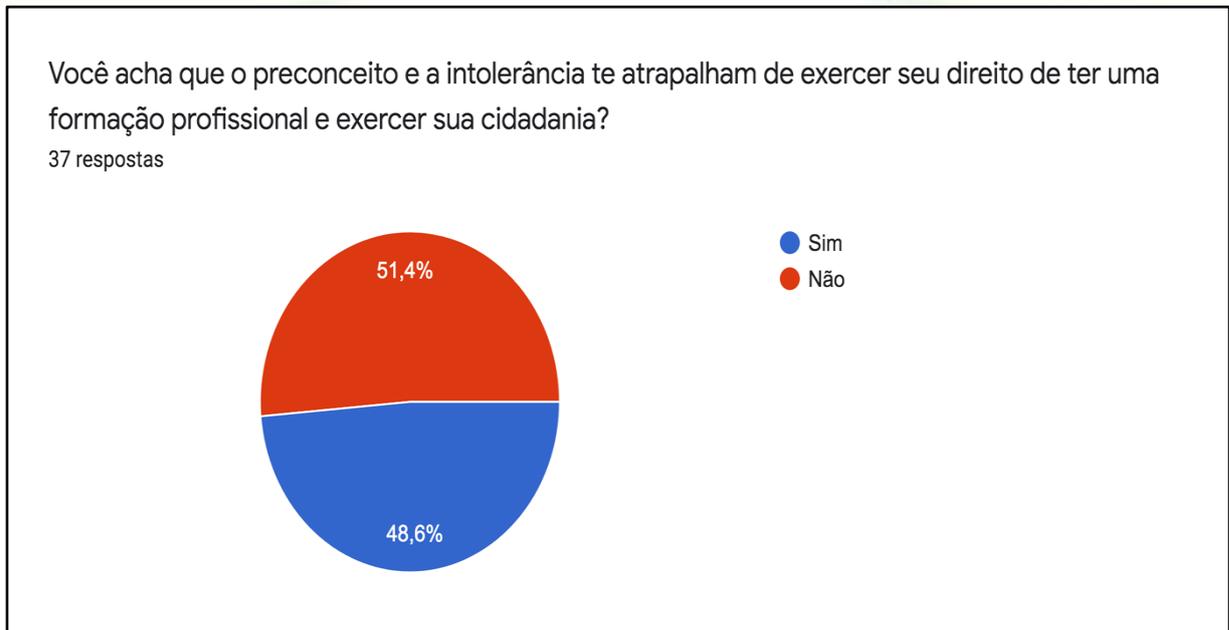
⁶ Maninterrupting – junção de “man” (homem) e “interrupting” (interrupção). Quando um homem interrompe constantemente uma mulher, de maneira desnecessária, não permitindo que ela consiga concluir sua frase. Nesses casos, acontece quando uma mulher não consegue concluir sua frase por ser constantemente interrompida pelos homens ao redor.

A última pergunta era: Você acha que o preconceito e a intolerância te atrapalham de exercer seu direito de ter uma formação profissional e exercer sua cidadania?

Nesse quesito é importante salientar que levamos em consideração o entendimento de preconceito e intolerância de forma ampla e generalizada, e não apenas o preconceito por ser mulher ou LGBTQI+. A intolerância religiosa e racial também foi englobada.

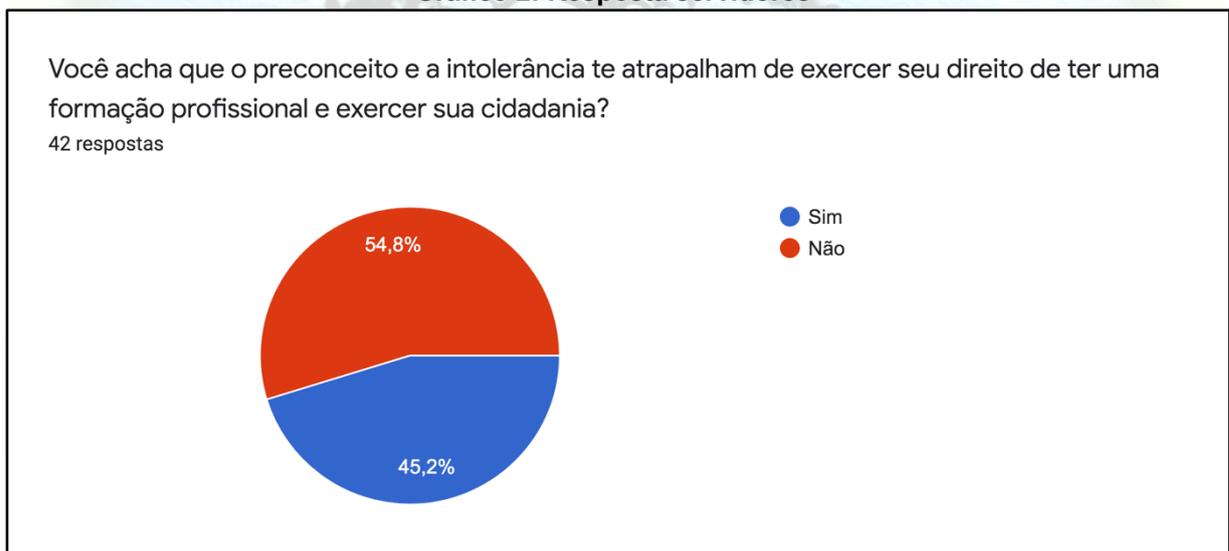
As respostas estão expostas nos gráficos 1(discente) e 2 (servidores).

Gráfico 1. Resposta dos discentes



Cerca de 18 alunos (48,6%) acreditam que a intolerância é capaz de atrapalhar o exercício ao direito de ter uma formação profissional e exercer sua cidadania e 51,4% (19 alunos) discordam, resultado muito próximo da percepção dos servidores, como se segue:

Gráfico 2: Resposta servidores



A resposta dos servidores aponta que quase a metade das pessoas (45,2% - 19 indivíduos) concorda que o preconceito e a intolerância dificultam sua autonomia em exercer seus direitos.

Sobre preconceito e discriminação, podemos citar alguns autores. Junqueira (2014) aponta que a população LGBTQI+ enfrenta uma longa luta em obter direitos e igualdade no viver em condições de uma vida plena e digna que são dificultadas pela imodéstia heteronormativa em perseguir ou inferiorizar as demais orientações sexuais e identidades de gênero em suas práticas sociais, crenças e/ou políticas. Mas não só a população LGBTQI+ passa por algum tipo de preconceito pelos relatos expostos anteriormente: há o preconceito de raça e o de religião também. Munoz, Oliveira e Santos (2018) afirmam que a educação é um dos principais instrumentos para a equalização das oportunidades e o combate às desigualdades raciais na sociedade brasileira. Mesmo assim, quando este indivíduo entra como aluno ou professor, encontra um ambiente acadêmico hostil a eles, além da falta de representatividade em muitos meios, já que os referenciais epistemológicos são quase sempre eurocêntricos. Já sobre as convicções religiosas na maioria das vezes conservadoras, Santos e Filho (2017) acrescentam que a intolerância religiosa é uma questão que, na contemporaneidade, proporciona crescente visibilidade pública, e que no Brasil, que é um país até o momento laico, seria de suma importância o entendimento da diversidade religiosa, assim como o respeito a essa pluralidade - o que, infelizmente, não tem acontecido. Intolerância essa que reverbera uns sobre os outros, cada um em sua crença, o que muitas vezes fazem com que os ambientes de convívio público, como é o caso de uma instituição de ensino, nem sempre seja acolhedor e receptivo como deveria ser. Por isso, o levantamento das percepções sobre a diversidade de gênero se torna importante para que o NUGED-SOMOS possa conhecer os problemas advindos das relações de gênero do IFRJ-CReal para que ações educativas e de mediação de conflitos sejam deflagradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do mapeamento realizado por meio da coleta de dados através dos questionários avaliados foi possível concluir que a comunidade IFRJ-CReal ainda apresenta dificuldades na compreensão nas relações entre si e o outro diferente, não legitimando a normalidade da diversidade de gênero que parte da desconstrução da percepção individual para além dos aspectos socialmente aceitos do feminino e masculino. Tomando como base os resultados apurados há a necessidade de se pensar na abordagem do tema “diversidade de gênero” em moldes educativos para a conscientização e empoderamento das mulheres e da população LGBTQI+ que ali transitam.

Os dados coletados refletem que há, em certa medida, fragilidade no entendimento e no atendimento dos indivíduos LGBTQI+ que pode ser percebido na notificação dos próprios discentes a respeito dos casos de violência de gênero dentro do ambiente de ensino do IFRJ-CReal. Dessa forma, o primeiro elo de confiança já é rompido, e esta cadeia de violência de gênero só vem aumentando, tornando mais presente a vulnerabilidade de gênero. No que diz respeito ao fato do aluno se sentir intimidado em demonstrar ser quem ele de fato é, 16,2% se sentiram impelidos a mudar de comportamento e 13,5% foram silenciados de algum modo. Sobre intolerância e preconceito, 51,4% dos discentes acreditam que estes fatores podem impedi-los de concluir seus estudos, de exercer sua profissão ou sua cidadania. Isso demonstra a fragilidade dentro do IFRJ-CReal para com o acolhimento da minoria e que esses fatores podem, sim, ser decisivos para uma evasão de discentes de um curso de graduação.

Na perspectiva dos profissionais que trabalham no IFRJ-CReal sobre silenciamento e não aceitação de se ser quem se é, a maioria respondeu que não se sente intimidada a mudar (92% - 39 indivíduos) e que nenhum deles foi silenciado em qualquer ocasião dentro do seu espaço profissional. Uma resposta diferente das dos alunos, uma vez que estes se sentem

impelidos a mudar de hábitos e que há momentos em que são silenciados, sim - situação que não demonstra o devido acolhimento que uma instituição de ensino precisa ter. Sobre a influência do preconceito e a intolerância, as respostas obtidas deram conta de que quarenta e cinco por cento (45,2%) acreditam que sim, o preconceito e a intolerância dificultam sua autonomia em exercer seus direitos. Esta resposta é equiparada a dos alunos. Com isso, podemos considerar que o preconceito recai sobre todos.

Todas essas formas de violência, físicas ou simbólicas, contra as mulheres e a população LGBTQI+ são herança de uma época em que se encarava a não heterossexualidade como uma aberração e tudo que era feminino como inferior. Foi necessário que movimentos sociais ganhassem relevo para garantir alguns direitos para esses sujeitos. A própria homossexualidade era vista como doença, o que na época era chamado, de maneira generalizada e errônea, de homossexualismo. Com muita luta, a categoria veio a conseguir alguns avanços, tais como a retirada definitiva da homossexualidade como patologia no plano internacional em 1990, com a disponibilização da décima versão do CID. No contexto brasileiro, após a redemocratização, houve também a implantação de algumas políticas públicas que assegurariam os direitos de mulheres e da população LGBTQI+, tais como o Programa Brasil Sem Homofobia, que gerou a Política Nacional da Saúde LGBT, que deveria ser abordada nos cursos de saúde do IFRJ-CReal com mais profundidade.

Podemos concluir, então, que é necessário implementar ações educativas e preventivas contra a violência de gênero dentro dos ambientes educacionais, e a importância do NUGED neste processo, tanto no acolhimento dos discentes, mas também na capacitação de docentes, gestores, administrativos e terceirizados, é relevante para não perpetuar os males que o sexismo e a heteronormatividade podem trazer ao meio educacional e acadêmico. Parte das ações educativas terão como objeto a compreensão da sexualidade, sendo um processo contínuo da construção humana que vai muito além de dialogar sobre as práticas e experiências do sexo, favorecendo a identidade dos sujeitos com o outro e consigo mesmo. Sendo assim, é necessário também garantir o direito de quem assim se reconhece chegar a ter a oportunidade de buscar ou exercer uma profissão digna por meio do ensino formal, e, quando ali chegar, garantir sua permanência e conclusão.

AGRADECIMENTO: Projeto de pesquisa com bolsa CNPq e projeto de extensão com bolsa IFRJ

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**. v. 19, n.2, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 19 mar 2019.

_____, _____. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 18 mar 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1990.

CARNEIRO, A.J.S. A morte da clínica: movimento homossexual e a luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **Anais XXVIII Simpósio Nacional de Historiadores: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. (2015) UFSC. Disponível em: <http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>. Acesso em: 16 mar 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019. Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. **Seção Notícias**. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20\(CID\)](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20(CID))>. Acesso em: 10 nov 2020.

GUILHEM, D., 2000. **Escravas do Risco – Bioética, Mulheres e AIDS**. Tese de Doutorado, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília.

IFRJ. ASCOM. **IFRJ assina o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/ifrj-assina-pacto-nacional-universitario-pela-promocao-respeito-diversidade-cultura-paz-e-direitos>>. Acesso em: 17 mar 2019.

JUNQUEIRA, R.D. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar brasileiro. **Annual Review of Critical Psychology**. n 11, 2014.

MENDONÇA, L.G., SILVA, D.S.F., TARTARUGA, J.T., FERNANDES, M.E.S.L., RIBEIRO, P.V.S. **“NUGED SOMOS” e as percepções sobre diversidade de gênero em instituição de ensino pública na zona oeste do Rio de Janeiro**. VI Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. Rio de Janeiro-UNIRIO, 2020. Disponível em: <<https://eneciencias.wixsite.com/2020/rodas-de-conversa>>.

MENDONÇA, R.H.; JOCA, A.M.; TORRES, M.A.; *et. al.* Educação e Diversidade Sexual. **TV Escola, Programa Salto para o Futuro**. Ano XXI, Boletim 04. maio, 2011. 45 p.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

MUNOZ, B.L.; OLIVEIRA, G.L.S.; SANTOS, A.O. Mulheres negras acadêmicas: preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento em uma universidade pública do Brasil. **Interfaces Brasil/Canadá, Revista Brasileira de Estudos Canadenses**. V. 18, N. 3 (2018). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/14420>. Acesso em: 31 mar 2021.

PICANÇO, A. A. **Uso de medicamentos no processo transexualizador: um estudo exploratório sobre vídeos compartilhados no site YouTube**. Rio de Janeiro, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUEZ, A. M. M. Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC. Santa Catarina; - **Dissertação (Pós-graduação em Saúde Coletiva)** - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2014.

RODRIGUES, F.T.T. Anexo 4. *In*: RODRIGUES, F.T.T. **Redes de atenção à saúde e população trans: obstáculos, recursos e possibilidades**. Orientador: Marcele Bocater

Paulo de Paiva. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 59.

SANTOS, M.S.; FILHO, J.C.A.S. O neopentecostalismo e a intolerância religiosa praticada contra as religiões afro-brasileiras. **Revista eletrônica de Teologia e Ciências das religiões**. v. 5, n. 2 (2017). Disponível em:

<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas/article/view/576/497>. Acesso em: 31 mar 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, ed. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, F.C.A.; TEIXEIRA, L.C.; SANTOS, C.A.; MOREIRA, P.N.A.; LACHINI, F.F.G.T.

Violência de gênero e a universidade. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2019)**. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em:

https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:qZTI8KCCQLIJ:scholar.google.com/+manterrupting+escola&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017. Acesso em: 31 mar 2021.

VIEIRA, E.M. **A Medicalização do Corpo Feminino**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 2002.

